



1290003198



TCC/UNICAMP B2341

Adriana Caetano Barbosa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO
Dissertação de Doutorado

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA COMUM:

É POSSÍVEL?

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

2006

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

Adriana Caetano Barbosa

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA COMUM:
É POSSÍVEL?

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como pré-requisito para a
obtenção do título de Licenciatura em
Pedagogia, na Faculdade de Educação da
UNICAMP, sob a orientação da Prof. Dra.
Maria Teresa Eglér Mantoan.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

2006

UNIDADE:	FE
Nº CHAMADA:	
V:	
TOMBO:	3198
PROC:	145107
C:	
D:	X
PREÇO:	
DATA:	21/03/07
Nº CPD:	105310

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

B234L Barbosa, Adriana Caetano.
A inclusão de crianças com deficiência na escola comum : é possível? /
Adriana Caetano Barbosa. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientadores : Maria Teresa Egler Mantoan.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Deficiência. 2. Inclusão escolar. 3. Educação especial. I.
Mantoan, Maria Teresa Egler. II. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Educação. III. Título.

06-795-BFE

Segunda Leitora:

Prof.Dra. Elizabeth Barolli

Orientadora:

Prof.Dra. Maria Teresa Eglér Mantoan

“ Porque a loucura de Deus é mais sábia que a sabedoria humana, e a fraqueza de Deus é mais forte que a força do homem.” I Co 1:25

AGRADECIMENTOS

- Primeiramente, quero agradecer e dedicar esse trabalho ao meu Deus, criador e sustentador da minha vida. Cristo me resgatou da escuridão de uma vida sem propósito e me deu a liberdade, alegria e capacitação para viver. Sei que esse trabalho foi realizado porque Ele me capacitou e a Ele dedico toda a glória devida!

"Senhor meu Deus, quantas maravilhas tens feito! Não se pode relatar os planos que preparaste para nós! Eu queria proclamá-los e anunciá-los, mas são por demais numerosos!" Salmos 40:5

-Agradeço ao David, meu marido, companheiro e melhor amigo, por vibrar com minhas descobertas e com cada capítulo concluído, e por secar as lágrimas nos momentos de dificuldade. Obrigada por compartilhar comigo de mais uma conquista. Você é o melhor presente que ganhei do Senhor...

-Aos meus pais e meus irmãos, agradeço por tudo o que fizeram por mim desde o meu nascimento e por sempre investirem em minha formação. Aonde cheguei e o que sou é fruto do cuidado e carinho que vocês a mim dedicaram. Conclui este trabalho e me formei em uma Universidade Pública graças ao grande esforço de vocês...

- Agradeço a querida professora e orientadora Maria Teresa Eglér Mantoan por toda a sua paciência e atenção a mim oferecida, por seu exemplo e sua admirável luta em favor das pessoas excluídas socialmente.

-Não posso deixar de dizer obrigada à Prof.^a Elizabeth Barolli que prontamente me ajudou fazendo a segunda leitura deste trabalho e a Rosali, que me apoiou realizando a revisão.

-Às minhas irmãs de coração, Dri e Feu, por me acompanharem esses quatro anos de Universidade. Tudo o que vivenciamos e aprendemos juntas ficarão guardados em meu coração e nossa amizade durará para sempre...

-Agradeço à escola e todos os educadores com quem trabalhei. Foi lá que surgiu o interesse pelo tema desse trabalho, onde obtive grandes experiências e muito aprendi com todos com quem me relacionei.



SUMÁRIO

	Páginas
1 <u>INICIANDO A CONVERSA</u>	2
2 <u>A INCLUSÃO É POSSÍVEL? COMO SABER?</u>	5
3 <u>O QUE PENSAM OS TEÓRICOS SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR</u>	9
4 <u>O QUE PENSAM AS EDUCADORAS DA ESCOLA ANALISADA SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM E SEM DEFICIÊNCIA</u>	18
5 <u>CONHECENDO O DIA-A-DIA DA INCLUSÃO, NA ESCOLA E NA SALA DO INFANTIL III</u>	31
6 <u>CONCLUÍDO...</u>	39
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	42
<u>ANEXO I</u>	44
<u>ANEXO II</u>	47
<u>ANEXO III</u>	51

necessidades especiais. Continuam até agora surgindo os debates, documentos e parâmetros relacionados à inclusão escolar.

No Brasil, o documento que mais trouxe impacto sobre o assunto foi a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala), elaborada pela Organização dos Estados Americanos, em 1999. Ele passou a ter valor legal ao nosso país, pois foi assinado e internalizado através do Congresso Nacional, em 13 de junho de 2001, por meio do Decreto Legislativo nº 198. A importância desse documento foi definir o que é discriminação, deixando clara a impossibilidade de diferenciação, exclusão ou restrição com base na deficiência. Assim, quaisquer dúvidas ou lacuna que a Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 tenham deixado, ficaram mais esclarecidas e o direito das crianças com deficiência à escola regular foi ainda mais reforçado.

O debate sobre a inclusão surgiu no cotidiano social e provocou a necessidade de toda uma transformação do pensamento educacional e práticas escolares.

Quando comecei a atuar em uma escola regular particular do ensino básico, deparei-me com alunos com deficiência estudando e convivendo com outros colegas sem deficiência dentro das mesmas salas de aula. A realidade me intrigou e questões surgiram em minha mente. Duvidei da eficácia dos processos educativos e interações sociais ao acompanhar alunos incluídos na escola comum. Querendo fugir das opiniões de senso comum e construir minha própria visão sobre o tema, pesquisei o que o conhecimento científico nos ensina sobre a inclusão e abri o meu olhar para aprender com as práticas escolares, de forma crítica e analítica. Como fruto dessas reflexões, surgiu esse trabalho.

Muitos teóricos têm trazido grandes contribuições para a questão da inclusão escolar. Vou me apoiar em alguns deles: Moraes, Mantoan, Fávero e Padilha, e dialogar também com outros autores. Para responder aos questionamentos deste estudo levantará a seguir, procurarei relacionar e confrontar a teoria com as práticas de uma instituição escolar, fonte de dados a serem analisados.

Pretendo responder à minha pergunta: a inclusão escolar de crianças com deficiência é possível na prática?

2 A INCLUSÃO É POSSÍVEL? COMO SABER?

“O reconhecimento do outro como protagonista do teatro da vida constitui o vetor da mudança de paradigma. O reconhecimento e o respeito pela diversidade são mais do que um simples ato de tolerância, é a afirmação de que a vida se amplia e se enriquece na pluralidade” (LUCIANA MARQUES)

Nos dias atuais, a educação brasileira defronta-se com o desafio da inclusão, buscando soluções que garantam o acesso e permanência de alunos com deficiência em escolas comuns. O debate teórico e as discussões entre os envolvidos com a prática educacional sobre a viabilidade da proposta é acirrado. A falta de esclarecimento forjou opiniões com base no senso comum. Pais, professores, funcionários da escola e a sociedade em geral referem que a inclusão é prejudicial às crianças nominadas “normais” e aos “deficientes”. Assim, uma grande maioria das escolas particulares e públicas ainda resiste às transformações e reagem contrariamente à proposta educacional inclusiva. Algumas escolas, contudo, já têm feito mudanças em sua organização pedagógica, reconhecendo e valorizando as diferenças, sem discriminar ou segregar qualquer aluno, abrindo os espaços educacionais a todos os alunos, indistintamente.

A Constituição Federal de 1988 elegeu como fundamentos da República, a cidadania e dignidade da pessoa humana (art.10, inc.II e III), e como um dos seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos. Ela

garante expressamente o direito à igualdade (art.50) e trata a partir do artigo 205 do direito de todos à educação. Os alunos com deficiência devem receber atendimento educacional especializado, dentro da mesma escola ou em outro ambiente externo, e esse atendimento não substitui mais o ensino regular.

Apenas esses dispositivos legais bastariam para que qualquer criança com deficiência tivesse acesso às mesmas oportunidades e sala de aula que outras crianças sem deficiência. Mas será então que a inclusão na prática é possível? Este trabalho busca por essa resposta, assim como também buscará soluções para outras perguntas que esta questão traz consigo. Garantir o acesso de todos à escola apenas para cumprir a Lei não é a proposta da inclusão escolar. Como garantir o direito de todos à educação? Afinal, como se dá, no dia-a-dia, a inclusão escolar?

Fávero (2004) afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos que qualquer cidadão comum, inclusive o de não serem submetidos a qualquer tipo de discriminação. É deles também o direito de acesso à educação, com as mesmas oportunidades dos demais colegas sem deficiência. A autora defende a inclusão escolar baseada em teorias pedagógicas que propõem práticas de ensino acolhedoras das peculiaridades de cada aluno, independente de terem deficiências ou não. Essas práticas em uma sala de aula comum onde a diferença é admitida como natural, geram um ambiente de respeito às peculiaridades de cada aluno e a abominação do preconceito.

Quando falamos em inclusão escolar, estamos tratando de uma nova perspectiva educacional, um novo significado para o papel da escola. Mantoan (2003) tece comentários sobre o atual sistema educacional:

"Os sistemas escolares estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes" (pg. 19)

Até então a escola tradicional está estruturada para garantir a hegemonia e aquisição de conteúdos sistematizados, formando o aluno passivo, apto para o mercado de trabalho de nosso mundo capitalista. A inclusão escolar propõe um novo paradigma educacional, uma nova visão de mundo e de educação. Propõe também um ambiente escolar preocupado com a formação integral de seus alunos, não desprezando a aprendizagem do conhecimento científico, mas valorizando também outros saberes e as capacidades, talentos de cada educando e destacando o valor das trocas sociais entre os diferentes. Pretende formar cidadãos críticos, participativos, solidários, que respeitam uns aos outros.

Assim, meus objetivos neste trabalho definiram-se por:

- a) Conhecer o que pensam as professoras e a coordenadora pedagógica, envolvidas no atendimento escolar inclusivo;
- b) Verificar as condições do atendimento escolar e especializado(AEE) que essa escola oferece aos alunos com deficiência e a participação desses alunos no ambiente escolar;
- c) Conhecer o currículo, a avaliação e demais tópicos da organização pedagógica dessa escola;
- d) Observar as interações de um dos alunos com deficiência, incluído em uma turma de educação infantil, com suas professoras e seus colegas na sala de aula, recreio, aulas extras, etc.

As questões que nortearam este estudo são as que seguem:

- Os alunos com deficiência fazem as mesmas atividades que os demais colegas sem deficiência?
- Todos os alunos trabalham na mesma sala e realizam atividades em grupo?
- Existe um currículo exclusivo e adaptado aos alunos com deficiência?
- A avaliação do desempenho é diferenciada da oferecida aos demais colegas?
- Todos freqüentam as mesmas atividades escolares que envolvem lazer, esporte, artes, etc.?
- Eles têm uma professora auxiliar ou são atendidos unicamente pela professora da sala comum?
- Eles recebem atendimento educacional especializado no contraturno escolar?
- O que o AEE ensina a esses alunos?
- É diferente do que aprendem em sala de aula e complementar à formação desses alunos? O atendimento é substitutivo?
- Esses alunos são recebidos pela escola por uma questão de cumprimento da Lei ou porque a escola tem uma consciência de que esse direito deriva de uma educação de qualidade para todos?

Pretendo com o que estudei contribuir com uma discussão teórica e uma análise da realidade que possam impulsionar os leitores a lutarem por transformações escolares, tendo como fim a inclusão dos alunos com deficiência em uma escola de qualidade.

3 O QUE PENSAM OS TEÓRICOS SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR

“O caleidoscópio precisa de todos os pedaços que o compõem. Quando se retiram pedaços dele, o desenho se torna menos complexo, menos rico. As crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado”. (MARSHA FOREST)

O ensino escolar brasileiro, nos debates atuais sobre inclusão, precisa encontrar soluções que respondam à questão da inclusão de alunos com deficiência nas instituições educacionais comuns dos níveis básico e superior de ensino. Algumas escolas públicas e particulares já adotaram ações nessa direção, ao proporem mudanças em sua organização pedagógica, de modo a reconhecer e valorizar as peculiaridades desses alunos, sem discriminá-los ou segregá-los. Apesar das resistências, cresce a adesão de redes de ensino, de escolas e de professores, pais e instituições dedicadas à inclusão de pessoas com deficiência, o que denota o efeito dessas novas experiências e, ao mesmo tempo, motiva questionamentos. Já existe um embasamento teórico para essas respostas.

Fávero (2004) cita que as pessoas com deficiência sempre foram excluídas das comunidades e às vezes tinham até sua vida eliminada. Inicialmente foi reconhecida a possibilidade de “integração” de pessoas com deficiência na sociedade, nas escolas. Pela integração, tais pessoas eram admitidas na vida em sociedade, desde

que conseguissem se adaptar a ela. Mantinha-se o assistencialismo e a segregação para os demais, que não conseguiam se adaptar. No Brasil, a integração foi marcante nas décadas de 1970 e 1980, em que se reconheceu o direito de inclusão escolar dessas pessoas, mas sempre de maneira condicional, dentro das possibilidades de cada uma.

A integração não é suficiente para se garantir os direitos à educação, saúde, trabalho, lazer e tantos outros das pessoas com deficiência. Para que tais direitos sejam respeitados, a sociedade precisa mudar, acolhendo todas as pessoas, inclusive aquelas com significativas limitações. À esta mudança da sociedade para envolver grupos que foram excluídos por qualquer motivo ou pretexto chamamos de inclusão.

Como explica Moraes (1997), não se pode pensar em inclusão escolar sem enxergar o mundo por lentes de uma nova visão, de um novo paradigma. Estamos em um momento de transição, cheio de desafios que cobrem as mais diferentes dimensões e ramos do conhecimento. As soluções para ultrapassar os desafios de nossos tempos virão através de uma análise, de uma reflexão criativa, abrangente, multidimensional, capaz de compreender a complexidade desses desafios como um todo. Por isso é necessário um novo paradigma que transpasse a percepção atual que temos da realidade.

Para Thomas Kuhn (1994), paradigma é uma constelação de crenças, valores e técnicas partilhadas pelos membros de uma comunidade científica. É uma base teórica e metodológica aceita pela maioria dessa comunidade. Aprofundando mais o conceito, Morin (1996) o interpreta como uma relação intensa de conceitos-mestres diversos que determinam o curso de todas as teorias, privilegiando algumas relações em detrimento de outras.

Mantoan (2003) escreve sobre a crise de um paradigma como uma crise de concepção, de visão de mundo, em que caem por terra os fundamentos sobre os quais a ciência se assentava. Esta crise cria um momento de incerteza e insegurança, mas ao mesmo tempo, a oportunidade de buscar outras alternativas, outras formas de interpretação e novas práticas. É este momento que estamos vivendo no campo da Educação.

Moraes (1997) descreve o processo histórico que formou as bases científicas e filosóficas do paradigma base da atualidade. O pensamento moderno teve origem na associação de várias correntes nos séculos XVI, XVII e XVIII. Em contraposição ao pensamento da Idade Média, o racionalismo alterou as relações éticas, teóricas, sociais, político-culturais e também a relação do homem com a natureza.

Alguns filósofos concretizaram as bases da ideologia moderna, que permanece até os dias de hoje. Hume (1711-1776) e Locke (1632-1704) afirmaram que apenas transformamos e conhecemos o que vemos, o que pode ser representado sensivelmente, realisticamente. Descartes (1596-1650), pai do racionalismo, do pensamento cartesiano, contribuiu com sua concepção dicotômica de homem: mente e razão, técnico e mecânico, desprezando suas outras dimensões.

“O exagerado culto ao intelecto, em detrimento das dimensões do coração e do espírito, vem gerando profundas patologias dissociativas e de grande significação para a humanidade” (MORAES, 1997)

O pensamento científico do século XX foi constituído culminantemente pela física de Newton (1642-1727), mecanizando ainda mais a visão de mundo e humanidade.

A união das duas lógicas, filosófica e científica, reconheceu o homem como estritamente racional e ao mesmo tempo dependente de experiências sensíveis, e formou-se assim o paradigma científico denominado positivismo. O pensamento moderno traz duas conseqüências: para conhecer é preciso quantificar e as qualidades do objeto não têm valor científico; para conhecer é preciso dividir, classificar e depois tentar entender as relações entre esses fragmentos.

A fragmentação e a superespecialização foram enaltecidas e transferidas das ciências naturais para as sociais. Cada vez mais, o indivíduo passou a ser enxergado como um ser compartimentalizado, técnico e individualizado.

Entretanto, é importante ressaltar que o paradigma tradicional trouxe avanços tecnológicos para a humanidade. Não se pode negá-lo por completo. Porém, comprometeu muito as diversas áreas do conhecimento, especialmente as ciências humanas, entre as quais a Educação. A raça humana teve uma perda significativa de sensibilidade e de valores ao direcionar a atenção e dar importância para tudo que fosse mensurável e quantificável.

Sobre as implicações deste paradigma à escola, Mantoan (2003) faz o seguinte comentário:

“A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo, o afetivo, o criador, sem os quais não conseguimos romper com o velho modelo escolar para produzir a reviravolta que a inclusão propõe”. (pg.19)

Moraes (1997) reforça esse ponto de vista referindo que na área educacional, as influências do pensamento cartesiano-newtoniano parecem ainda mais graves considerando o seu significado para a formação de novas gerações, com sérias

implicações para o futuro da humanidade. Em vez de produzir as transformações necessárias para o desenvolvimento harmonioso do ser humano, a educação atual continua gerando padrões de comportamento preestabelecidos, com base em um sistema de referência que nos ensina a não questionar, a não expressar o pensamento divergente, a aceitar passivamente, a ter certeza das coisas. Na escola, continua-se limitando as crianças ao espaço reduzido de suas carteiras, imobilizadas em seus movimentos, silenciadas em suas falas, impedidas de pensar. Reduzidas em sua criatividade e em suas possibilidades de expressão, as crianças encontram-se também limitadas em sua sociabilidade, presas à sua mente racional, impossibilitadas de experimentar novos vãos e de conquistar novos espaços. Quando as crianças necessitam de folhas em branco para a expressão de sua criatividade, a escola lhes oferece espaços quadriculados e questões de múltipla escolha. Em vez de processos interativos para a construção do conhecimento, são exigidos dos alunos memorização, repetição, cópia, ênfase no conteúdo, resultado ou produto. Recompensam-se seu conformismo, a "boa conduta", punem-se os "erros" e as tentativas de liberdade e expressão dos alunos em geral.

Edgar Morin (2002), também segue sobre a mesma linha de pensamento, defendendo ser necessária a promoção de um conhecimento capaz de apreender problemas globais e fundamentais para então analisar se conhecimentos parciais e locais. A supremacia do conhecimento fragmentado de acordo com as disciplinas impede a formação de vínculos entre as partes e a totalidade, tornando o indivíduo incapaz de compreender os objetos em seu contexto, complexidade e conjunto.

Sendo assim, faz-se necessário um novo paradigma, uma nova visão e novos parâmetros para a educação. Precisamos fugir do velho modelo tecnicista, da

pedagogia transmissiva, e encontrar uma nova forma de fazer educação. É preciso reconstruir as propostas e as práticas escolares, fugir da seqüência de conteúdos preestabelecidos, de disciplinas estanques, em que o feedback, em vez de emergir do controle externo ao indivíduo, constitua-se em mecanismos internos de auto-regulação, algo que parte de dentro do sujeito, de sua interação com os demais colegas e com sua realidade. Uma nova concepção educacional resultará em desenvolvimento para todos e em inclusão social e escolar.

A escola atualmente, segundo Padilha (1999) é o espaço próprio para os iguais. Ela tem um programa que fecha as portas para o ensino de pessoas diferentes, variadas e não coincidentes. Ela não é o espaço próprio para a diversidade. Estando presa a um sistema neoliberal, de massificação e preparo de mão-de-obra, para o mercado competitivo de trabalho, a exclusão faz parte deste plano controlador, deixando distante da escola os indivíduos que fogem do “padrão esperado”. A escola tem silenciado as pessoas, suas culturas e seus processos peculiares de construção do conhecimento peculiares.

Padilha (1999) dialoga sobre o conceito da diferença. Para esta autora, todos nós somos diferentes e essas diferenças são necessárias para a construção das identidades.

Neste ponto, é importante diferenciar o conceito de diferença do de desigualdade. Como explica essa autora, quando tratamos de desigualdade estamos nos referindo a direitos diferentes. Ela afirma que a sociedade não deve querer desiguais, mas precisa dos diferentes. Padilha cita Benevides (1998), clareando a questão:

“O contrário de igualdade não é a diferença, mas a desigualdade, que é socialmente construída, sobretudo numa sociedade tão marcada pela

exploração classista. É preciso ter claro que igualdade convive com diferenças - mas que não são reconhecidas como desigualdades, isto é, não pode existir uma valoração de inferior/superior nessa distinção. A diferença pode ser enriquecedora, mas a desigualdade pode ser um crime.“ (pg. 166)

Mantoan (2003) acrescenta que o direito às diferenças dentro da escola desconstrói, portanto, o seu sistema de organização excludente e os seus mecanismos de produção da desigualdade.

Com relação ao conceito de igualdade, Fávero (2004) defende que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos de qualquer cidadão comum, inclusive o de não serem submetidos a qualquer tipo de discriminação. Assim, é deles o direito de acesso a educação, com as mesmas oportunidades. Esse direito de acesso não se refere apenas ao direito de ir e vir, circular dentro da escola. Mas com base na Constituição Federal, é preciso garantir as condições para que a inclusão seja efetiva, ou seja, oferecer um espaço e um ensino de qualidade a todos.

Fávero (2004) defende a inclusão escolar baseada em teorias pedagógicas que propõem que as práticas de ensino devem acolher as peculiaridades de cada aluno, independentemente de terem ou não deficiência. Assim, em uma sala de aula em que a diversidade é admitida como natural, o aluno com deficiência não será discriminado pelos demais alunos, que terão suas diferenças também acolhidas, respeitadas. Araújo (2001) defende que o objetivo da escola para todos é garantir o direito à educação, promovendo situações, atividades que incluam, que sejam abertas às diferenças.

Sobre as práticas de ensino, Garcia (1999) destaca que elas deveriam buscar a emergência de valores de solidariedade, liberdade e igualdade. É como um “nadar contra a maré” de nossa sociedade excludente, competitiva e predatória. Trata-se

de construir através dos processos educativos, e neles mesmos, formas solidárias, igualitárias e plurais de convivência entre os homens. Este autor propõe a educação como formação do homem em sua integridade, visões, valores e ações. Sob a mesma perspectiva, Puig (1998) trabalha sobre a construção de valores sociais universais na sala de aula. O objetivo é aprofundar a democracia e as relações interpessoais. Em uma sociedade em que as relações do homem consigo mesmo e com os demais, com seu ambiente natural e urbano e com o trabalho estão deterioradas, a escola se faz necessária para propiciar orientação e construção de novos valores sociais. Educar a turma toda com base em valores como o respeito, o amor ao próximo, a cidadania e a democracia contribui para a formação integrada dos alunos, para a construção de relações interpessoais mais justas e solidárias, e garantir os direitos humanos.

É importante também ressaltar que a educação formal não trabalha sozinha no processo de inclusão de alunos com deficiência em salas de aula comuns. O atendimento educacional especializado (AEE) caminha junto e é complementar ao ensino regular, dando conta das necessidades mais específicas da criança com deficiência em favor da maximização de seu desenvolvimento e aprendizagem.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 40, inciso I22 e em seu artigo 60, o acesso ao Ensino Fundamental é obrigatório a todas as crianças. A Constituição Federal de 1988 define o que é educação e não admite o oferecimento de Ensino Fundamental em local que não seja a escola regular (art.206, inc. I). Pela Constituição a Educação Especial passou a ser um atendimento educacional especializado e a LDBEN transformou-a em modalidade de ensino. O importante é perceber que desde 1988 a Educação Especial não mais substitui o ensino comum para alunos com deficiência e que como modalidade de ensino, atravessa todos os níveis

escolares, do básico ao superior e é a garantia da inclusão de alunos com deficiência.

Tanto a LDBEN, nos artigos 58 a 60, quanto a Constituição defendem o direito da criança com deficiência ao ensino regular e ao atendimento educacional especializado. Assim, o trabalho do AEE é uma forma de garantir que sejam reconhecidas e atendidas as particularidades de cada aluno com deficiência, removendo barreiras que impedem a freqüência desses alunos às classes comuns.

São consideradas matérias do atendimento educacional especializado, segundo o documento do Ministério Público Federal sobre “ O acesso de Alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular” de 2004 : Língua brasileira de Sinais(Libras); interpretação de Libras; ensino de Língua Portuguesa para surdos; Sistema Braille; orientação e mobilidade; utilização do soroban; as ajudas técnicas, incluindo informática adaptada; mobilidade e comunicação alternativa/aumentativa; tecnologias assistivas; informática educativa; educação física adaptada; enriquecimento e aprofundamento do repertório de conhecimentos; atividades de vida autônoma e social, entre outras.

O atendimento educacional especializado, segundo a LDBEN, poderá ser oferecido em classes de recursos multifuncionais dentro das escolas comuns ou em serviços especializados em instituições especializadas, sempre no contraturno escolar e apenas para alunos com deficiência.

4 O QUE PENSAM AS EDUCADORAS DA ESCOLA ANALISADA SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM E SEM DEFICIÊNCIA

“Há diversos modos de olhar para as pessoas: um deles é olhando o que lhes falta- olhar retrospectivo. Outro modo de olhar é prospectivo, olhar para frente, para depois... é olhar para as possibilidades”. (ANNA PADILHA)

No início de 2005, comecei a trabalhar como auxiliar de classe de 1o a 4o série, em uma escola comum da rede particular de ensino, na cidade de Campinas. A escola adotara uma prática educacional inclusiva e vários alunos com deficiência conviviam e vivenciavam as experiências escolares com outros alunos em salas de aula de ensino regular.

Essa realidade me intrigou e comecei a observar e analisar diariamente em meu trabalho se a inclusão escolar era realmente possível e, conseqüentemente, quais as contribuições que ela trazia para todos os envolvidos nessa comunidade escolar.

Passado um tempo, quando decidi aprofundar ainda mais meus conhecimentos nessa área, pesquisei nos teóricos que escreveram sobre educação, a inclusão escolar de alunos com deficiência. Toda a coleta de dados, fielmente descrita neste trabalho, ocorreu durante o primeiro semestre de 2006.

Primeiramente, eu estava interessada em compreender como se dava, na prática, a inclusão de um aluno com deficiência; como era o trabalho pedagógico em sala de aula; qual era a visão dos profissionais da educação com relação ao tema e como ocorria a interação dos sujeitos nela envolvidos.

Para alcançar meus objetivos, elaborei um questionário com onze questões, que foi respondido individualmente pela professora da turma do Infantil III, pela professora auxiliar e pela coordenadora pedagógica da Educação Infantil da escola. Também registrei algumas informações transmitidas por conversas informais com essas pessoas.

O questionário continha as seguintes perguntas:

- 1) O que é Educação para você? Que aluno se deve formar?
- 2) Quem tem direito a ela e ao espaço da escola regular?
- 3) O que você pensa sobre a inclusão escolar de crianças com deficiência?
- 4) Ela é possível?
- 5) Você acredita que mudanças no macro (políticas e na sociedade) e no micro (no espaço escolar) precisam ocorrer para que então a inclusão escolar seja uma realidade? Se sim, que mudanças são essas?
- 6) Para você, o que significa igualdade e diferença ?
- 7) Como se dá a construção do respeito às diferenças em sala de aula?
- 8) Até que ponto você interfere na relação aluno-aluno dentro desta questão?

9) No seu campo de atuação na escola, qual é a sua contribuição para a inclusão escolar e para a valorização das diferenças na sala de aula e na comunidade escolar?

10) Quais as contribuições trazidas pela convivência com o Maurício para as crianças do Infantil III?

11) Quais são as contribuições trazidas pela convivência com os alunos do Infantil III para o Maurício?

A sala de aula do Infantil III era composta por 20 alunos. Em todas as turmas da escola, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental de 1º a 4º série, os professores contavam, alguns dias da semana, com o apoio de uma auxiliar de classe. Três vezes por semana, a professora da sala observada tinha a ajuda de uma professora auxiliar para atender às necessidades de todos os alunos da classe.

Nessa turma, um dos alunos era Maurício, que tem atraso neuromotor. A professora, em contato com a família desse aluno, conheceu a história do menino e sua trajetória até chegar à essa escola. Quando bebê, Maurício teve uma hidrocefalia hemorrágica, que afetou a sua motricidade. A família não sabia como ajudá-lo e só procurou atendimento especializado quando Maurício tinha cinco anos de idade. Foi nessa fase que ele aprendeu a andar e começou a frequentar uma escola, na qual permaneceu durante um semestre letivo. Nessa primeira escola, Maurício apenas assistia ao que os outros colegas faziam. Não era estimulado em seu desenvolvimento por educadores. A escola o “aceitava” por uma questão de cumprimento de Lei, ou seja, por respeito ao direito de todos à educação. A família decidiu, então, mudá-lo de escola.

Garantir a matrícula de um aluno com deficiência na escola comum, mas não assegurar sua permanência na escola e a qualidade de ensino a todos os alunos,

não é uma proposta legítima de inclusão escolar. Mantoan (2003), afirma que de nada adianta admitir o acesso de todos às escolas, sem garantir o prosseguimento da escolaridade até o nível escolar que cada aluno for capaz de atingir. A inclusão escolar não deve estar condicionada apenas à uma vaga na sala de aula.

Fávero (2004), refere que é obrigação da escola dar conta do atendimento educacional especializado para alunos com deficiência e trata das conseqüências jurídicas, no caso do não cumprimento desse dever:

“Caso as escolas de Educação Infantil se recusem a ensinar à criança com deficiência as atividades de vida diária e a oferecer-lhe estímulos necessários ao seu desenvolvimento global dessa faixa etária, levando os pais a terem que procurar outro local, pode ficar caracterizada a conduta de “fazer cessar a matrícula”, prevista como crime pela Lei 7.853/89, art.8º, inciso I, que deve ser documentada e denunciada ao Promotor de Justiça da localidade.” (pg.59)

Maurício, no início de 2006, mudou de escola e chegou à turma do Infantil III, aos seis anos de idade. Seus colegas tinham a mesma idade.

Ele foi recebido como todas as outras crianças e foi envolvido em todas as atividades realizadas pela turma. Essa escola tinha como objetivo garantir uma educação de qualidade para todos os alunos. Receberam Maurício não apenas por um cumprimento de Lei, mas por uma consciência de que esse direito deve ser assegurado a todos os alunos e porque entendiam que as diferenças em sala de aula trazem consigo muitas vantagens a todos os alunos.

As respostas aos questionários que apliquei expressaram a visão do trabalho dessa escola e como ele ocorria na turma de Maurício. A partir de suas respostas, avaliarei o que as educadoras respondentes ofereceram-me como material de análise: suas opiniões, idéias e práticas excludentes e inclusivas. Os teóricos da inclusão compartilharam comigo essa avaliação das respostas às onze questões formuladas.

A primeira pergunta do questionário referia-se à concepção de Educação e à formação que se deve oferecer aos alunos, em uma escola de Educação Infantil. A professora da sala do Infantil III, ressaltou *a necessidade de o ser humano educar-se para obter uma vida digna e ser preparado para enfrentar desafios e frustrações*. Para a professora auxiliar dessa turma, *educação é um direito que todo ser humano tem de se desenvolver e promover a sua capacidade intelectual, moral e cívica*. Essa professora acrescentou que defende a formação de um aluno crítico, consciente de todos os seus direitos e deveres. Já a coordenadora da Educação Infantil da escola é de opinião que *educar é preparar alguém para a vida, para intervir no mundo, modificá-lo e até melhorá-lo*. Para esta especialista, *educação é transformar um aluno em cidadão, pleno e integrado, por isso, não está restrita a conteúdos programáticos, mas visa preparar o aluno para sua participação social, com seu trabalho, vida e valores*.

Percebe-se, através da fala dessas educadoras, que a escola tem uma visão educacional diferente de inclusão daquela primeira cursada por Maurício, em que ele era “aceito” por força da Lei, na turma de ensino regular. As educadoras falaram de uma formação integral e crítica de seus alunos. Mantoan (2003) defende que ambientes humanos de convivência e aprendizado são plurais pela própria natureza e, assim sendo, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da idéia de uma formação integral do aluno, segundo suas capacidades e seus talentos, e de um ensino participativo, solidário, acolhedor. A coordenadora da escola também ressaltou que a primazia do ensino não está sobre os conteúdos curriculares. Sobre o assunto, Mantoan (2003) afirma:

“A perspectiva de se formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação e da

fraternidade, do reconhecimento e do valor das diferenças, o que não exclui a interação com o universo do conhecimento em suas diferentes áreas. Com tudo isso, quero dizer que uma escola para todos não desconhece os conteúdos acadêmicos, não menospreza o conhecimento científico, sistematizado, mas também não se restringe a instruir os alunos, a 'dominá-los' a todo o custo." (pg.9)

As escolas inclusivas pensam a educação a partir de uma visão global de formação escolar, que além da construção do conhecimento científico, desenvolvem nos alunos valores, princípios e propiciam a eles a convivência com as diferenças e o respeito ao outro. Pareceu-me que a escola aqui pesquisada, está firmada sob esses fundamentos do ensino de qualidade e, em consequência, da inclusão.

A segunda pergunta do questionário tratava de quem tem direito à educação e ao espaço da escola regular. As educadoras enfatizaram novamente que todos os alunos têm direito à educação no ensino regular. A coordenadora comentou que *teoricamente todos têm esse direito, mas nem sempre isso ocorre.*

O comentário da coordenadora da escola remete ao pensamento de Padilha (1999), que considera o Brasil atrasado em relação ao cumprimento dos direitos humanos. Nas escolas, professores precisam refletir sobre suas práticas, juntamente com os outros educadores, transformando a proposta educacional de forma que acolha a todos. As professoras do Infantil III, responderam que têm atuado em favor do cumprimento do direito de todos os alunos à educação.

A terceira questão, dizia respeito à posição das educadoras em relação a inclusão de crianças com deficiência em salas de aula de ensino comum. A professora respondeu que apóia a proposta, que *a inclusão gera a consideração e respeito pelas diferenças.* A professora auxiliar da classe concordou com a colega e acrescentou que *há muitos benefícios que toda turma desfruta com a inclusão, aprendendo uns com os*

outros, socializando-se. As crianças com deficiência apresentam avanços em seu desenvolvimento cognitivo e motor, em escolas comuns de ensino regular. A coordenadora respondeu que a inclusão escolar abriu portas, antes fechadas pela ignorância e pelo preconceito de uma sociedade excludente e que a prática inclusiva tem modificado o olhar dessa sociedade. As três educadoras defenderam a inclusão escolar como possível.

Elas pontuaram que reconhecem sobre a pluralidade de nossa sociedade e a necessidade de a escola estar aberta a essa diversidade. Ainda ressaltaram que a convivência promove a construção de relações plurais entre os alunos. Mantoan (2003) rebate os argumentos que as escolas colocam como barreiras para a inclusão. A autora aponta que as escolas excludentes refletem sua incapacidade de atuar diante da complexidade, da diversidade, da variedade, do que é real nos seres e nos grupos humanos. Os alunos não são virtuais, objetos categorizáveis, mas existem de fato e são pessoas que provêm de contextos culturais variados, representando diferentes segmentos da sociedade e têm desejos, aspirações, valores, sentimentos e costumes com os quais se identificam.

“As escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, espaços onde a crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, ensinam-se os alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima sócio-afetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar - sem tensões competitivas, mas com espírito solidário, participativo. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, freqüentando uma mesma e única turma” (pg.64)

A escola pesquisada tem vivido essa realidade, como tantas outras. É urgente que todas as escolas se transformem e abram seus portões para as diferenças,

modificando suas práticas para que consigam acolher a todos os alunos, inclusive os que têm deficiências.

À quinta pergunta obtive três respostas contrárias ao que comumente se propala sobre a urgência de se fazer das escolas comuns espaços verdadeiramente inclusivos. A professora respondeu que *não podemos esperar de braços cruzados para então praticarmos a inclusão. Precisa-se desde já “alfabetizar” professores, funcionários e a sociedade como um todo, em sensibilização.* A professora auxiliar também é de opinião que *as mudanças necessárias já estão ocorrendo, mesmo que de forma lenta.* Já a coordenadora não pensa que *mudanças devam ocorrer para que a inclusão seja possível e sim que a inclusão “forçará” essas mudanças, a partir de um novo olhar para a questão.* Ao mesmo tempo, ela reconheceu que *são necessárias viabilizações materiais para que seja oferecido um trabalho de qualidade a todos.*

Um dos argumentos contra a inclusão escolar é a dificuldade de se mudarem as práticas escolares. Muito se fala sobre a formação dos professores e do despreparo desses profissionais para incluir crianças com deficiência em suas salas de aula. Segundo Fávero (2004), o Conselho Nacional de Educação trata da formação de professores para a Educação Básica, na Resolução nº 02, art.2º. O pressuposto dessa preparação é o acolhimento e trato da diversidade. As especificidades de cada deficiência devem ser ensinadas aos professores em cursos de especialização para os profissionais que atuarão no Atendimento Educacional Especializado- ensino especial. O professor da escola comum precisa estar apto a desenvolver um trabalho com as diferenças na sua sala de aula, o que não é uma tarefa simples.

As respostas à sexta pergunta do questionário sobre o significado de

igualdade e diferença, as respostas foram complementares. A auxiliar de classe definiu da seguinte forma:

Igualdade- viver socialmente com direitos, privilégios e deveres iguais.

Diferença- distinção; cada ser humano é único com seus defeitos e qualidades e ninguém pode substituí-lo..

A coordenadora defendeu que *todos esses conceitos estão ligados ao direito do cidadão e que a diversidade tem muito o que acrescentar, todos aprendem com ela, pois só temos motivação para crescer e aprender por causa das trocas entre os diferentes, já que não somos todos iguais. Igualdade, para a professora da sala do Infantil III, a faz pensar nos direitos e diferença no respeito.*

As educadoras respondentes destacaram a igualdade de direitos entre os diferentes que aprendem com as trocas dentro da escola e na sociedade em geral. Segundo Padilha (1999), é preciso verificar se nossas práticas educacionais dão espaço à diversidade. Na linha de pensamento, Silva (2000) discute identidade e diferença. Segundo esse autor, os dois conceitos são produzidos socialmente e são mutuamente determinados. O diferente é o outro, o que “eu” não sou. Mas o problema está quando esse “eu” hierarquiza e classifica a si próprio como “normal” e concebe o outro como inferior, excluindo-o:

“...a incapacidade de conviver com a diferença é o fruto de sentimentos de discriminação, de preconceitos, de crenças distorcidas e de esteriótipos, isto é, de imagens do outro que são fundamentalmente errôneas” (pg.98)

A pergunta seguinte referia-se à construção do respeito às diferenças no dia-a-dia da escola e até que ponto elas interferiam nas relações aluno-aluno nesta

questão. As três educadoras realçaram a postura do educador como um exemplo que é seguido pelos alunos. *De nada adiantará falar e não fazer*, disse a coordenadora da escola. Segundo essa especialista, *se esse educador mostrar respeito às diferenças físicas, cognitivas e de ritmo de aprendizagem, demonstrando igualdade perante seus alunos, eles verão em suas atitudes, seus gestos, suas conversas e agirão sem preconceitos também*. As relações e interações serão cada vez mais desejáveis. A professora relatou que *as crianças são as que têm menos dificuldades de aceitar as diferenças; o respeito vai sendo construído de maneira natural*. A coordenadora e a auxiliar responderam que, em alguns momentos, elas precisaram ajudar os alunos a lidarem com certas situações de preconceito envolvendo atitudes em que os direitos e deveres de cada um não estavam sendo respeitados. Os alunos nem sempre conseguem por si mesmos resolver problemas como esses.

Garcia (1999) fala da despreocupação da maioria das escolas em construir valores e atitudes morais com seus alunos. A competição deveria ser substituída pelo altruísmo e as ações educativas, pautadas pela solidariedade, colaboração e pelo compartilhamento dos processos de ensino e aprendizagem. A inclusão é um forte motivo para se formar pessoas capazes de desenvolver relações humanitárias e que atuam em favor de uma sociedade mais evoluída, justa e que respeita as diferenças.

A professora da classe comentou sobre as atitudes naturais das crianças quanto ao respeito ao colega com deficiência, concordando com Fávero (2004) no seguinte destaque:

“Em uma escola em que a diversidade é admitida como natural, o aluno com deficiência não será discriminado pelos demais alunos, que terão suas diferenças (todos nós as temos) também acolhidas, respeitadas e, se possível, trabalhadas.” (pg.101)

O papel do professor, suas ações e práticas, levarão os alunos a compreenderem a igualdade e ao mesmo tempo as diferenças entre os colegas, criando um ambiente de respeito mútuo. As três educadoras, segundo suas respostas, concordam plenamente com essa percepção.

Cada uma delas contou sobre a sua atuação em contribuição à inclusão e valorização das diferenças. A coordenadora respondeu que o seu papel *é ser intermediária entre os pais e a escola. Busco orientar os adultos sobre o privilégio de todos conviverem com as diferenças, mostrando que na inclusão não há prejuízo pedagógico para as demais crianças e sim ganhos com a diversidade.* A professora da sala tenta *sensibilizar as pessoas que as diferenças existem em todos os lugares e em todos os sentidos e que todos podem aprender muito com as crianças com deficiência.* A professora auxiliar escreveu que procura *sempre passar aos alunos que somos pessoas diferentes, porém devemos ter as mesmas oportunidades de acesso a uma vida melhor, exercendo nosso papel de cidadão crítico, consciente na sociedade em que vivemos.*

O relato da coordenadora desperta mais um ponto importante dentro da temática da inclusão escolar. Seu trabalho com os adultos tem por objetivo estender uma mudança de pensamento e visão à comunidade. Mantoan (2001) destaca a necessidade da escola esforçar-se em levar às famílias e comunidade uma nova perspectiva com relação às diferenças entre os alunos. Esta tarefa é delicada, uma vez que estamos imersos em uma sociedade que não está habituada a reconhecer e valorizar as diferenças. Entretanto, a tentativa dessa escola pode abrir portas para a transformação educacional e social no contexto, bairro e comunidade em que ela está imersa.

Por fim, as duas últimas questões do questionário referiam-se às contribuições trazidas pela convivência mútua tanto para o Maurício como para as outras crianças do Infantil III. A professora auxiliar respondeu que *agora Maurício teve o seu direito garantido e tem demonstrado um efetivo progresso em seu desenvolvimento físico e cognitivo desde a sua chegada na escola. Atualmente, ele é uma criança que brinca como as outras entre os colegas e têm recebido bastante carinho e respeito pelos outros, o que também tem elevado sua auto-estima. A coordenadora da escola contou que agora Maurício pode perceber que os colegas não se relacionam com ele por pena mas porque ele é legal. Ele tem visto que é possível interagir, participar e desejar estar inserido nesse mundo que também é o seu. As diferenças não interferem para se ter uma vida social digna. Ele tem descoberto que chegará lá, na aprendizagem, apenas precisará respeitar o seu tempo de aprendizado. Seus colegas estão exercitando o saber esperar e a compreensão de que as diferenças existem entre as pessoas e não são ruins; juntos eles podem buscar soluções para incluir seu colega na sala de aula.* A professora do Infantil III, complementou relatando que *Maurício tem ensinado e eles têm aprendido a terem atitudes altruístas, de respeito, solidariedade, amizade.*

É fascinante, mesmo em vista de um processo trabalhoso e lento, os resultados positivos a todos os alunos em uma sala de aula inclusiva. Nas trocas entre os diferentes indivíduos, surgem benefícios no desenvolvimento, amadurecimento e aprendizagem de cada um, como pode ser percebido de acordo com as informações transmitidas pelas educadoras que trabalham nessa escola pesquisada. Segundo Mantoan (2001), as crianças descobrem a importância de somar seus talentos e reconhecer a complementaridade de suas habilidades e vivências, para explorarem, conhecerem e interpretarem ainda melhor seu mundo:

“...a diversidade de desempenho intelectual e de conhecimento entre os alunos de uma mesma classe propicia o ambiente ideal para que os conhecimentos se elaborem. O constante desequilíbrio nas trocas entre alunos e a permanente reorganização do conhecimento constituem o meio adequado para que o aluno avance na construção de suas idéias, sentimentos, valores”.
(pg.59)

Os questionários e a análise dos mesmos trouxeram respostas a grande parte das perguntas levantadas anteriormente neste trabalho. Pude compreender como se dava a inclusão de um aluno com deficiência em uma sala de aula comum e sob quais bases as práticas educacionais estavam fundamentadas. Foi esclarecido também, que na Instituição analisada, os alunos com deficiência são recebidos por uma consciência de que esse direito deve ser assegurado a todos, indistintamente, e não apenas por uma questão de cumprimento de Lei.

A identificação da teoria com a realidade observada permitiu-me conhecer, avaliar, descaracterizar ou até mesmo confirmar pré-suposições com relação à discussão sobre a inclusão escolar de crianças com deficiência.

5 CONHECENDO O DIA-A-DIA DA INCLUSÃO, NA ESCOLA E NA SALA DO INFANTIL III

“Incluir é necessário, primordialmente para melhorar as condições da escola, de modo que nela se possam formar gerações mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras” (MARIA TERESA EGLÉR MANTOAN)

Passaremos agora aos registros de observações e suas análises para maior compreensão do trabalho inclusivo nesta escola.

Nesse segundo momento, seguem descrições do cotidiano da escola em estudo. As observações se pautaram nas questões levantadas por esse estudo. A análise do dia-a-dia escolar me permitiu encontrar respostas relativas ao currículo, atividades de ensino e aprendizagem e ao sistema de avaliação adotado pela escola para todos os seus alunos. Foram considerados igualmente o atendimento educacional especializado oferecido aos alunos com deficiência e a participação desses educandos nos espaços escolares.

As crianças do Infantil III possuem uma rotina escolar rica e agradável. Na chegada à escola, elas brincam no parque e na quadra com crianças das outras salas de Educação Infantil. A presença de Maurício não é estranhada por nenhuma outra criança; pelo contrário, ele sempre é convidado a participar das brincadeiras e chamado para os brinquedos do parque. Às vezes ele não quer ir e prefere

procurar a professora auxiliar que supervisiona a entrada, com quem ele gosta de conversar. Observei que ele também gosta de correr livremente ao redor da quadra. Por sua dificuldade motora, muitas vezes Maurício cai ou demora a se locomover. Espontaneamente, as outras crianças o ajudam ou ele levanta-se sozinho, uma vez que já foi incentivado pelas educadoras a fazer isso.

Com a chegada da professora, os alunos vão para a sala de aula onde realizam diversas atividades, envolvendo raciocínio lógico, escrita e conhecimentos gerais. Depois, vão à biblioteca para ter um momento de contato com os livros. A escola trabalha as áreas do conhecimento de forma interdisciplinar, mas com o apoio de um material didático apostilado. Quando as crianças utilizavam a apostila, a professora pedia que eles mesmos encontrassem a página a ser estudada. No início, Maurício aguardava até que a professora encontrasse a página para ele. Aos poucos, ela deixou para um colega a responsabilidade de ajudá-lo ou para que ele tentasse sozinho encontrá-la. Ao longo do tempo, ele foi tentando e, às vezes, um colega lhe dava dicas de como encontrar a página pedida. A professora esperava por todos para iniciar. O olhar da educadora não estava o tempo todo voltado para Maurício, ao mesmo tempo que ela não descuidava dele. A oportunidade, o apoio e o incentivo eram iguais para todos naquela sala.

Segundo Mantoan (2002), os espaços educativos de qualidade são aqueles de construção de personalidades humanas autônomas e críticas, e isso pode ser visto no cotidiano da sala de aula do Infantil III. A professora procurava trabalhar constantemente a autonomia de Maurício, assim como a dos demais colegas. Ela apresentava todas as atividades igualmente a todos os alunos e a auxiliar de classe fazia um atendimento individualizado para aqueles que tinham dificuldades. Elas trabalhavam

segundo a perspectiva de que cada um possui um ritmo que deve ser respeitado no processo de aprendizagem e que todos são capazes de aprender. Assim, Maurício realizava as mesmas atividades juntamente com seus colegas e em alguns momentos ele recebia um apoio individualizado, assim como outros colegas, para solucionar suas dúvidas. Como a deficiência afetou parte de sua visão, em muitos momentos as atividades precisavam ser retomadas em um outro plano (da lousa para o papel). Esse atendimento ocorria durante a aula e era orientado por uma psicopedagoga, que acompanha o Maurício fora da escola.

Uma escola inclusiva valoriza e respeita as peculiaridades de cada aluno. Segundo Fávero (2004), é inegável que as práticas de ensino devem acolher as peculiaridades dos alunos com deficiência ou não. Cada um tem o direito de ter acesso ao conhecimento nos diversos níveis de ensino e a aprendizagem se dará no ritmo e segundo as capacidades de cada aluno com ou sem deficiência. Cabe à escola proporcionar as oportunidades e maximizar as condições para que a construção dos saberes ocorra, mas cada educando deve ter a liberdade de caminhar, segundo suas condições e naturais limitações. Mantoan (2003) acrescenta a abertura que a escola precisa ter às singulares e diferentes manifestações intelectuais, sociais, culturais e físicas. É o aluno que se adapta ao novo conhecimento e só ele pode regular a sua construção intelectual. A proposta da escola aqui pesquisada demonstra uma preocupação em trabalhar com o coletivo e, ao mesmo tempo, com os avanços e limites individuais de seus educandos.

Outra questão relevante refere-se ao currículo trabalhado com os alunos. Maurício não está sujeito a um currículo diferenciado ou adaptado, diferente de seus demais colegas. Toda a classe segue uma mesma proposta educacional. Mantoan

(2003) defende que a diferenciação do currículo escolar para se dar conta das diferenças em sala de aula, não é compatível com a proposta da educação inclusiva. Ela propõe:

“O ensino individualizado/diferenciado para os alunos que apresentam déficits intelectuais e problemas de aprendizagem é uma solução que não corresponde a princípios inclusivos, pois não podemos diferenciar um aluno pela sua deficiência. Na visão inclusiva, o ensino diferenciado continua segregando e discriminando os alunos dentro e fora das salas de aula.”
(pg.67)

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino específicas a cada deficiência. Todas as capacidades devem ser exploradas e os limites respeitados, dentro de um trabalho comum a todos os alunos. Essa tem sido a tentativa da professora do Infantil III e da professora auxiliar, que retoma as dúvidas dentro da sala de aula com todos, buscando dar conta das diferentes maneiras de se ensinar e aprender. Essas práticas concordam com o comentário de Fávero (2004):

“Mesmo que a pessoa tenha as suas limitações, pensamos que não cabe à escola prever até onde ela será capaz de chegar. É preciso sempre, que se dê oportunidade de que ela avance. Se ela conseguir, muito bem; senão conseguir, pelo menos teve a chance e, só por isso, já alcançou maiores ganhos do que se tivesse sido dispensada do desafio”. (pg.103)

Em alguns momentos, a professora do Infantil III propõe trabalhos em grupos. Os alunos resolvem a atividade juntos, um ajudando o outro ou, como aconteceu em uma das aulas, elaboram um cartaz para ser exposto para toda a escola sobre um determinado tema que estão estudando, mas sempre com liberdade de criação. Maurício pouco falou no trabalho em grupo, mas, às vezes, ele dava a sua opinião e os colegas aceitavam. Todos participam e a opinião de cada um é valorizada.

Mantoan (2003) explica que trabalhos em grupos pequenos em sala de aula exercitam a capacidade de decisão, de fazer escolhas nos alunos, assim como o desenvolvimento da cooperação e valorização dos talentos dos que estão ao seu redor.

Esta também é a estratégia que a professora dessa turma encontrou para trabalhar a autonomia de todos na classe.

Assim como a aprendizagem de cada um era valorizada, consequentemente a avaliação era individual, segundo os avanços no desenvolvimento de cada criança. Além disso, o progresso do aprendizado não estava relacionado somente à aquisição de conteúdos, mas ao indivíduo integral, ao seu desenvolvimento motor, social, às suas interações com o meio e com o outro. São novas perspectivas de educação e formação que enxergam a inclusão escolar como uma realidade totalmente possível.

O documento do Ministério Público Federal sobre “O acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular” apresenta um referencial sobre práticas inclusivas, tratando também sobre como devem ser os processos de avaliação em sala de aula. A avaliação do desenvolvimento dos alunos precisa de mudanças que condigam com as inovações propostas pela inclusão. Ela não deverá ter caráter classificatório; sugere-se um processo dinâmico e contínuo, que mapeie o processo de aprendizagem dos alunos em seus avanços, retrocessos, dificuldades e progressos individualmente. Além disso, no documento citado destaca-se a importância da auto-avaliação em sala de aula para que cada aluno também perceba seu crescimento progressivo. Na escola de Maurício, a professora precisava entregar trimestralmente as notas dos alunos à Secretaria da escola e aos pais. Ela não definia médias segundo erros e acertos em provas, testes e trabalhos escritos, mas considerava seus registros diários sobre os avanços individuais de cada um de seus alunos, considerando as diversas áreas que os compõe: cognitivo, social, motor, etc.

As crianças participavam de aulas extras em outros ambientes da escola. Frequentavam aulas de música, artes, inglês, nutrição e educação física, sendo cada uma delas em um dia da semana. Maurício também frequentava as mesmas atividades escolares que seus colegas. Ele se interessa muito por música e estava aprendendo a tocar o xilofone juntamente com seus colegas, assim como participava das apresentações especiais de canto sem nenhum constrangimento. Todos os alunos ali têm oportunidades de aprender; todos são diferentes como seres humanos.

Nas aulas de Educação Física, os alunos são incentivados a participar igualmente das brincadeiras e jogos propostos. Nos momentos em que a atividade exigia mais rapidez de reflexos motores, Maurício era sempre encorajado a tentar, a continuar. Quando se desequilibrava, ele levantava-se sozinho e recomeçava. A professora sempre propunha atividades em dupla, assim um aluno ajudava e apoiava o outro, o que os incentivava a se respeitarem e a se ajudarem mutuamente. Essa professora testemunhou quanto, em poucos meses, o desenvolvimento físico e o autocontrole motor de Maurício avançaram.

As aulas de Inglês eram as de maior dificuldade para ele. Maurício tem dificuldade na fala, então o aprendizado de uma nova língua era um novo desafio, pelo qual parecia não se interessar. Ele participava das aulas com seus colegas, assistia atento aos vídeos e mostrava-se interessado em ouvir as músicas, porém, em muitos momentos, dispersava-se ou conversava com outros amigos.

Observei a hora do lanche e a saída dos alunos. Uma situação muito interessante que se repetia diariamente era quando a professora anunciava que eles sairiam para o refeitório. As crianças muitas vezes discutiam e disputavam entre si para segurar a mão de Maurício e para ajudá-lo a andar até lá e poderem sentar com ele à

mesa. Era um momento livre, descontraído e gostoso, em que juntos eles brincavam e lanchavam. Maurício era um amigo querido com quem muitos queriam se divertir. Não percebi preconceitos nas crianças e espero que os adultos, ao longo do tempo, não os revelem a elas. Elas compreendiam que a vida, o jeito, o andar e o falar entre elas eram diferentes, mas essas diferenças não as atrapalhavam na convivência e amizade mútua. A saída da escola era marcada por mais diversão. Eles se abraçavam e se despediam, esperando o dia seguinte. Maurício ia embora constantemente sorrindo, e já no portão, contava à sua mãe como havia sido o seu dia.

É importante ressaltar o trabalho do atendimento especializado realizado com Maurício fora da escola. A professora do Infantil III relatou que, no período da tarde, o aluno recebia apoio de um neurologista, uma fonoaudióloga e uma psicopedagoga. Os dois primeiros profissionais buscavam estimular o desenvolvimento físico de Maurício e faziam exames periódicos para avaliar o seu quadro clínico. A psicopedagoga focava-se no desenvolvimento cognitivo de Maurício, propondo-lhe exercícios lúdicos, de raciocínio lógico e de motricidade. A professora informou-me que se tratava de um trabalho complementar e paralelo à educação formal na escola. Ao mesmo tempo, existe uma parceria entre a escola e essa especialista. O contato entre os dois trabalhos é constante, havendo troca de informações e direcionamentos específicos em favor do desenvolvimento e formação de Maurício.

Com o objetivo de compreender melhor como se dava esse apoio educacional especializado a Maurício e sua escola, e se ele era complementar à formação do aluno, apresentei à professora do Infantil III a proposta do AEE, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Discutimos juntas se esse apoio que Maurício recebia estava de acordo com a Lei prevista. Segundo sua professora, o serviço especializado da psicopedagoga, mesmo não ligado formalmente

à escola, cumpre o papel de complementação à educação regular e assegura-lhe o direito ao atendimento educacional especializado, trazendo melhorias no desenvolvimento, formação e desempenho de Maurício na escola comum.

O registro de observações e conversas informais na escola pesquisada contribuíram para responder às minhas indagações sobre as práticas educacionais em uma escola inclusiva e a natureza do atendimento educacional especializado oferecido aos alunos com deficiência.

Mais uma vez, a comparação da teoria com a realidade observada permitiu-me conhecer, avaliar e confirmar as minhas suposições em relação à possibilidade da inclusão escolar de crianças com deficiência.

6 CONCLUÍDO...

No presente estudo propus-me a analisar uma sala de aula de Educação Infantil em uma escola privada, freqüentada por um aluno com deficiência. O objetivo era verificar as condições do atendimento escolar de alunos com deficiência incluídos em turmas de uma escola regular e a natureza do atendimento educacional especializado que essa escola tem oferecido a esses alunos, compreendendo se de fato, na prática, a inclusão era possível.

A inclusão escolar está baseada em um novo paradigma educacional, uma nova visão de mundo, de educação e um novo significado para o papel da escola. Conseqüentemente, as práticas educacionais são transformadas e diferenciadas da escola tradicional e excludente. O propósito da escola inclusiva é a formação integral de seus alunos, capacitando-os a valorizarem as diferenças e proporcionando um ambiente diversificado, em que todos aprendem com as trocas sociais. Constatei que a escola nesse trabalho analisada possui essa perspectiva.

A escola em estudo ofereceu como material de análise opiniões e concepções compartilhadas pelas educadoras, assim como práticas educacionais relativas ao currículo, sistema de avaliação e atividades pedagógicas do cotidiano da escola. Pude também avaliar o atendimento educacional especializado oferecido ao aluno com deficiência e como se dava a socialização entre o aluno com deficiência, suas educadoras e colegas sem deficiência.

Maurício foi recebido nessa escola pela consciência por parte das educadoras de que seu direito à educação deveria ser garantido e com qualidade, como a todos. Ele realizava as mesmas atividades que os colegas em sala, participando de trabalhos em grupo e todas as atividades extras.

Não havia um currículo adaptado ou facilitado a esse aluno, mas as mesmas oportunidades de ensino e aprendizagem lhes foram apresentadas, como a toda classe. O seu ritmo de aprendizagem era respeitado e as avaliações contínuas e globais consideravam os avanços em seu desenvolvimento, como as de seus demais colegas.

O trabalho de apoio em sala de aula, realizado pela professora auxiliar em alguns dias da semana, não era exclusivo a Maurício ou paralelo ao trabalho docente no Infantil III. Ele recebia ajuda em alguns momentos, como essa educadora oferecia a todos os outros, segundo as dificuldades relacionadas à proposta coletiva.

Maurício também recebia de forma complementar e não substitutiva o atendimento educacional especializado, no contraturno do ensino regular. Esse trabalho contribuía para sua formação, desenvolvimento e bom desempenho na escola.

As relações entre Maurício e seus colegas, como com suas educadoras eram muito saudáveis. Esse aluno ensinou o altruísmo, o respeito e a solidariedade à sua turma. Os colegas o apoiaram e o ajudaram em suas dificuldades. As educadoras aprenderam a transformar suas práticas e conheceram os privilégios da inclusão escolar, como também trouxeram a Maurício um mundo novo, repleto de oportunidades. Todos aprenderam juntos o quanto o conviver com as diferenças enriquece a cada um.

Diante a realidade observada, confrontada com diversos teóricos da inclusão, concluo esse estudo compreendendo que a inclusão é totalmente possível.

Educadores, pais, comunidade e poderes governamentais precisam abrir os olhos urgentemente para a riqueza da diversidade, reformulando as bases educacionais, transformando as práticas excludentes, massificadoras, passivas e insignificantes tão presentes dentro da escola, buscando novas alternativas em favor de uma escola aberta a todos, que celebra as diferenças e que contribui para a formação de cidadãos críticos, ativos, éticos, solidários, que tem suas capacidades valorizadas e que se respeitam mutuamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Ulisses F.** Os direitos Humanos na Sala de aula. São Paulo, Moderna, 2001.
- BENEVIDES, M.V.** Educação para a cidadania e em direitos humanos. Anais do IX ENDIPE, V.1/1. Águas de Lindóia, 1998.
- FÁVERO, Eugênia Augusto Gonzaga.** Direito das pessoas com deficiência - garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro, WVA, 2004.
- GARCIA, Pedro Benjamim.** “Paradigmas em crise e a Educação” in A crise dos paradigmas e a educação. 5ª edição. São Paulo, Cortez, 1999.
- KUHN, T.S.** As estruturas das revoluções científicas. São Paulo, Perspectiva, 1994.
- MORIN, E.** “Epistemologia da complexidade” in SCHNITMAN, D.F. (org). Novos Paradigmas, cultura e subjetividade. Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.
- MANTOAN, M.T.E. (org.)** Pensando e fazendo educação de qualidade. São Paulo, Moderna, 2001.
- MANTOAN, M.T.E.** Inclusão escolar: o que é? Para que? Como fazer? Rio de Janeiro, Vozes, 2003.
- MORAES, Maria Cândida.** Paradigma Educacional emergente. Papirus, Campinas, 1997.
- MORIN, Edgar.** Os setes saberes necessários à Ed. do futuro. São Paulo, Cortez, 2002.

O acesso de alunos com Deficiência às escolas e classes comuns da Rede Regular.

Ministério Público Federal: Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva.

Brasília: Procuradoria Federal dos direitos do Cidadão, 2004.

PADILHA, A. M. L. Na escola tem lugar para quem é diferente? Revista do Creia, Corumbá, jan-jun 1999.

PUIG, Joseph Maria. Ética e Valores: Métodos para um ensino transversal. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2001.

STAIMBACK,S. e STAIMBACK,W. Inclusão Escolar - um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SILVA,T.T. “A produção social da identidade e da diferença” in **SILVA,T.T** (org) Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Vozes, 2000.

ANEXO I

Questionário respondido pela professora da sala do Infantil III

A: O que é Educação para você? Que aluno se deve formar?

S: Educação é tudo. Sem ela fica muito difícil o ser humano ter uma vida digna. Devemos formar alunos para a vida, prontos para passar por desafios e não desanimar se não conseguir.

A: Quem tem direito a ela e ao espaço da escola regular?

S: Todos têm direito à Educação.

A: O que você pensa sobre a inclusão escolar de crianças com deficiência?

S: Inclusão é considerar as diferenças e respeitá-las.

A: Ela é possível?

S: Claro que é possível. Inclusão para mim é um aprendizado de vida, onde se ensina e se aprende muito.

A: Você acredita que mudanças no macro(políticas e na sociedade) e no micro(no espaço escolar) precisam ocorrer para que então a inclusão escolar seja uma realidade? Se sim, quais mudanças são essas?

S: Não podemos esperar por elas de braços cruzados. Temos que começar já. Mas ainda precisamos “alfabetizar” professores, funcionários e a sociedade em sensibilização.

A: Para você, o que significa igualdade e diferença ?

S: Igualdade para mim me faz pensar nos direitos; diferença refere-se a respeito.

A: Como se dá a construção do respeito às diferenças em sala de aula?

S: Se eu mostrar respeito às diferenças entre os alunos em sala, as crianças verão a minha atitude e agirão da mesma maneira, sem preconceitos. As relações aos poucos serão cada vez melhores e eles interagirão e se socializarão de forma surpreendente.

A: Até que ponto você interfere na relação aluno-aluno dentro desta questão?

S: Os alunos são os que menos têm dificuldade em aceitar as diferenças, por isso é mais simples lidar com certas situações de preconceito.

A: No seu campo de atuação na escola, qual é a sua contribuição para a inclusão escolar e valorização das diferenças na sala de aula ou na comunidade escolar?

S: Tento sensibilizar as pessoas que as diferenças existem em todos os lugares e em todos os sentidos e que podemos aprender muito com as crianças com necessidades especiais.

A: Quais as contribuições trazidas pela convivência com o Maurício para as crianças do

Infantil III?

S: Ele tem ensinado a eles sobre respeito, solidariedade e amizade.

A: Quais são as contribuições trazidas pela convivência com os alunos do Infantil III para o Maurício?

S: Interação, socialização e acima de tudo que as diferenças não interferem para se ter uma vida social digna.

ANEXO II

Questionário respondido pela professora auxiliar da classe

A: O que é Educação para você? Que aluno se deve formar?

J: Educação é um direito que todo ser humano tem de desenvolver e promover a sua capacidade intelectual, moral e cívica. Portanto, deve-se formar um aluno crítico, consciente de todos os seus direitos e deveres.

A: Quem tem direito a ela e ao espaço da escola regular?

J: Todos têm direito a ela e ao espaço da escola regular, desde que a mesma possua recursos e espaço físico adequados.

A: O que você pensa sobre a inclusão escolar de crianças com deficiência?

J: Além de contribuir para a socialização de alunos portadores de necessidades especiais, a inclusão favorece um melhor desenvolvimento físico e cognitivo dos mesmos, beneficiando também os demais alunos que aprendem a adquirir atitudes de respeito e compreensão pelas diferenças.

A: Ela é possível?

J: Claro, sem dúvidas, uma que ela é garantida pela LDB, cabe a nós professores adaptarmos-nos a este novo processo, entendendo que há necessidade de um novo olhar para os portadores de necessidades especiais para que assim seja possível a elaboração de um trabalho educativo de qualidade.

A: Você acredita que mudanças no macro(políticas e na sociedade) e no micro(no espaço escolar) precisam ocorrer para que então a inclusão escolar seja uma realidade? Se sim, quais mudanças são essas?

J: Acredito que as mudanças necessárias já estão ocorrendo, embora de forma lenta. Deveria ser ao contrário, pois vivemos em uma sociedade onde tudo gira em torno da rapidez e da tecnologia.

A: Para você, o que significa igualdade e diferença ?

J: Igualdade- viver socialmente com direitos, privilégios e deveres iguais.

Diferença- distinção; cada ser humano é único com seus defeitos e qualidades e ninguém pode substituí-lo.

A: Como se dá a construção do respeito às diferenças em sala de aula?

J: A construção do respeito se dá a partir do momento que você como professor adquire uma postura de igualdade para com seus alunos, pois dessa forma estaremos respeitando o ritmo de aprendizagem de cada um e elevando a auto-estima de todos.

A: Até que ponto você interfere na relação aluno-aluno dentro desta questão?

J: Em situações que eles precisem ser levados a entender que o outro possui os mesmos direitos e deveres.

A: No seu campo de atuação na escola, qual é a sua contribuição para a inclusão escolar e valorização das diferenças na sala de aula ou na comunidade escolar?

J: Como professora, procuro sempre passar aos alunos que somos pessoas diferentes, porém devemos ter as mesmas oportunidades de acesso a uma vida melhor, exercendo nosso papel de cidadão crítico, consciente na sociedade em que vivemos.

A: Quais as contribuições trazidas pela convivência com o Maurício para as crianças do

Infantil III?

J: Devido à convivência com o Maurício, as crianças têm a oportunidade de adquirir atitudes de respeito e compreensão das diferenças entre as pessoas.

A: Quais são as contribuições trazidas pela convivência com os alunos do Infantil III para o Maurício?

J: Através da convivência com os alunos do Infantil III, o Maurício está tendo a chance de ter um maior desenvolvimento tanto físico quanto cognitivo, já demonstrando um efetivo progresso desde a sua chegada à escola. Hoje, ele é uma criança que brinca bastante com todos os seus colegas e estes demonstram um enorme carinho e respeito pelo mesmo.

A: Ela é possível?

G: Sim, mas há necessidade da escola disponibilizar alguns recursos para que ela seja de qualidade: menos alunos por sala ou apoio de uma auxiliar de classe, carteiras e cadeiras adequadas...

A: Você acredita que mudanças no macro(políticas e na sociedade) e no micro(no espaço escolar) precisam ocorrer para que então a inclusão escolar seja uma realidade? Se sim, quais mudanças são essas?

G: Não acho que mudanças devam ocorrer para que a inclusão seja possível e sim que a inclusão “forçará” essas mudanças. Infelizmente no Brasil é assim... A principal mudança é um novo olhar para a questão da inclusão.

A: Para você, o que significa igualdade e diferença ?

G: Para mim, os três conceitos estão ligados ao direito do cidadão. A diversidade só acrescenta; aprendemos muito com ela. Aliás, o mundo seria muito chato se todos fossem iguais, não teríamos motivação para crescer e aprender; não haveria trocas...

A: Como se dá a construção do respeito as diferenças em sala de aula?

G: Você constrói esse respeito no dia-a-dia, através de gestos, de modelo, de conversas e nas trocas sociais. Por exemplo, de nada adianta o professor ler uma história infantil sobre reciclagem, se ele joga papel no chão na frente do aluno.

A: Até que ponto você interfere na relação aluno-aluno dentro desta questão?

G: Quando eles não conseguem resolver sozinhos conflitos ou têm atitudes inadequadas.

A: No seu campo de atuação na escola, qual é a sua contribuição para a inclusão escolar e valorização das diferenças na sala de aula ou na comunidade escolar?

G: A minha função é estabelecer a ponte entre os pais e a escola. É importante que a direção, orientação educacional e coordenação tranquilizem os pais mostrando que na inclusão não há prejuízo pedagógico para as demais crianças e sim ganhos com a diversidade.

A: Quais as contribuições trazidas pela convivência com o Maurício para as crianças do

Infantil III?

G: As crianças do Infantil III puderam exercitar o altruísmo, o saber esperar e buscar soluções para a adaptação do seu colega na sala de aula.

A: Quais são as contribuições trazidas pela convivência com os alunos do Infantil III para o Maurício?

G: O Maurício ganhou quando percebeu que os colegas não se relacionam com ele por pena mas porque ele é legal. Percebeu que é possível ele interagir, participar e desejar estar inserido nesse mundo que também é o seu. Ele tem descoberto que chegará lá, na aprendizagem, apenas precisará respeitar o seu tempo de aprendizado.